

Dia Internacional da Alfabetização

8 de setembro de 2023

Declaração da Plataforma de Redes Regionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O planeta só sobreviverá se se tornar um planeta de aprendizagem.

Paul Bélanger, 20099

Como parte da celebração do Dia Internacional da Alfabetização na América Latina e no Caribe, prestamos uma homenagem muito especial à grande educadora e pesquisadora Emilia Ferreiro, que faleceu no dia 26 de agosto. Tendo dedicado sua vida ao estudo do processo de alfabetização de crianças, Emilia Ferreiro também realizou uma pesquisa a respeito do conhecimento de jovens e adultos analfabetos sobre o sistema de escrita na Cidade do México. O estudo teve um impacto significativo na prática da alfabetização e, como ela dizia: "A escrita é importante na escola porque é importante fora da escola, e não o contrário".

A taxa global de alfabetização de adultos atingiu 87% em 2016 e depois estagnou, de acordo com dados da UNESCO. Dados mais recentes sugerem que, devido à pandemia e à falta de investimento público, o número de 763 milhões de jovens e adultos analfabetos em 2020 provavelmente continuará a crescer a uma taxa alarmante nos próximos anos. De acordo com dados da CEPAL, na América Latina e no Caribe, o número de pessoas que viviam na pobreza em 2021 era de 201 milhões, 32,1% da população, e estimava-se que um total de 86 milhões de pessoas, ou 13,8% da população regional, vivia em extrema pobreza.

Apesar do fim oficial da pandemia da Covid-19, o mundo continua a enfrentar uma tripla crise planetária: mudanças climáticas, poluição e sustentabilidade da biodiversidade, além das crises interseccionais que ameaçam nosso futuro coletivo: pobreza, desigualdade crescente, polarização cultural e política, falta de recursos, falta de confiança e conflitos. Esse contexto ameaça a vida social, ecológica, econômica, cultural, tecnológica e espiritual, impactando milhões de jovens e adultos, aos quais é negado o direito fundamental a uma educação de qualidade para lidar com as crises que se aproximam.

Antes da crise sanitária, apenas 33% dos países de nossa região consideravam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) uma prioridade. Assim, muitas das deficiências anteriores (financiamento insuficiente, falta de preparação de educadores e educadoras) foram exacerbadas, afetando profundamente a alfabetização de jovens e adultos.

Dia Internacional da Alfabetização

8 de setembro de 2023

Declaração da Plataforma de Redes Regionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A desigualdade tem um impacto diferenciado sobre as populações vulneráveis, como migrantes e povos indígenas, e destaca a exclusão e a marginalização históricas dos mais de 800 povos indígenas da região, devido às respostas insuficientes do Estado à crise, com pouca relevância cultural e sem a devida consideração dos direitos coletivos, das pessoas e comunidades afrodescendentes, das pessoas em situação de confinamento, dos idosos e das pessoas com deficiência.

A situação dos grupos e populações mais afetados destaca mais uma vez a importância da inclusão, da relevância e da qualidade educacional, bem como a relevância da perspectiva de abrangência, intersetorialidade, interinstitucionalidade; de políticas, ações e práticas que incorporem essas dimensões na EJA. O contexto atual exige, mais do que nunca, avanços urgentes nesse sentido e, por essa razão, somamos nossas vozes para que haja visibilidade, pesquisa, atenção e a devida proteção por parte dos Estados com um orçamento justo e oportuno.

O analfabetismo é muito mais do que a incapacidade de ler e escrever. Ao reivindicar o direito à alfabetização, reivindicamos o direito à educação de qualidade, gratuita, laica e socialmente relevante, sob a responsabilidade do Estado. Para as mulheres - especialmente as jovens - a alfabetização é um fator extremamente importante na definição de um projeto de vida que rompe com os mandatos tradicionais.

A alfabetização como prioridade é parte integrante da luta pelo direito humano à educação ao longo da vida. É parte integrante de uma luta mais ampla pelos direitos humanos e, especificamente, pelo direito à educação como uma obrigação pública, como um bem comum para todas as fases da vida e um processo vital para o futuro da humanidade.